

Epistemologias Feministas e Ciência Económica: Contributos e debates¹

Catarina Príncipe²

Resumo

Os debates epistemológicos sobre a objetividade da ciência são vastos e continuam a fazer parte da prática e reflexão quotidiana dos espaço e atores que produzem conhecimento. O intuito deste ensaio é o de explorar contribuições centrais de algumas das chamadas epistemologias feministas (nomeadamente a “Standpoint Theory” e o Empiricismo Contextual) para este vasto debate. Seguidamente, o ensaio propõe alguns dos contributos que o conceito de “objetividade forte” pode trazer ao campo da ciência económica de forma a poder torná-la mais objetiva e reflexiva das realidades concretas, posicionamentos sociais e dinâmicas de poder que fazem parte de qualquer âmbito social, inclusive da produção científica.

As ideias de economistas e filósofos políticos são mais poderosas do que é comumente entendido. Na verdade, o mundo é governado por pouco mais. Homens práticos que acreditam ser bastante isentos de quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista defunto.

- John Maynard Keynes
em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*

Introdução

Por “epistemologia feminista” entende-se a reflexão sobre a forma como e que conhecimento se alcança e produz quando se introduz uma dimensão analítica que é, tendencialmente, esquecida pela ciência *mainstream* – quer seja no âmbito das ciências naturais ou sociais –: a dimensão da opressão de género. O desenvolvimento destas

¹ Ensaio apresentado à unidade curricular “Epistemologia e Metodologia da Economia Política” do Doutoramento em Economia Política da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL).

² E-mail: catarinaprincipe@gmail.com

epistemologias acompanha os debates epistemológicos que explodem a partir do fim da segunda grande guerra (Blaug, 1992) e, em particular, os desenvolvimentos nas questões de género, quer na sua vertente mais holística - o que é ser mulher? (com a segunda vaga e Simone de Beauvoir à cabeça), quer na sua vertente mais pragmática – quais as condições concretas de desigualdade em que vivem as mulheres – e porquê?

Motivadas pelo projeto político de eliminar a opressão de género, as epistemologias feministas interessam-se em como as normas e práticas do conhecimento afetam a vida concreta das mulheres e são parte intrínseca de um sistema de opressão. Nesse sentido, procuram perceber como as relações sociais de género formatam as nossas práticas de conhecimento, mas também como essas mesmas relações sociais devem ser abordadas, de forma a permitir melhores (e mais inclusivas) práticas científicas (Grasswick, 2018).

Dentro desse debate, há dois tópicos que quero relevar neste ensaio. Primeiramente, a contribuição das epistemologias feministas para o debate sobre os valores no conhecimento científico e a sua suposta neutralidade. Em segundo lugar, mobilizar os debates e premissas das epistemologias feministas para o estudo da ciência económica e de como ela pode ser mais reflexiva das realidades situadas das mulheres.

Ciência e valores nas epistemologias feministas

As primeiras contribuições feministas para a ciência prendiam-se, sobretudo, com o número de mulheres cientistas, bem como com os estereótipos (nomeadamente nas ciências naturais e, em particular, na biologia) androcêntricos sobre a “natureza” feminina, que serviriam apenas para reproduzir lugares de dominação sobre as mulheres. No entanto, aquilo a que Sandra Harding (1986) chamou a viragem da “questão da mulher na ciência” para a “questão da ciência no feminismo” mudou o paradigma desse debate. Esta viragem representou uma mudança filosófica profunda naquele que seria o foco das teorias feministas sobre a ciência, ou seja, o entendimento de que as questões centrais não seriam apenas as de fazer lugar para as mulheres na profissão científica ou de combater os preconceitos de género basilares a várias teorias científicas, mas as do questionamento sobre a natureza do conhecimento científico em si e de como ele detém, tendencialmente, uma “natureza de género”. Nesse sentido, a “questão da ciência no

feminismo” tornou-se uma questão epistemológica. Como escreveu Helen Longino (1988)

A demonstração feminista da parcialidade e do viés masculino em campos de investigação bem estabelecidos abalou a nossa crença no conhecimento convencional. Até onde deve ir o nosso ceticismo? Será a racionalidade em si um instrumento do domínio masculino? Será a objetividade uma ilusão masculina? Se respondermos afirmativamente a estas questões, o que é que sobra de suporte às reivindicações feministas? Estas perguntas alcançam dimensões mais ameaçadoras quando trazemos instrumentos de análise feministas para o campo das ciências naturais. (Longino, 1988, p. 561)³

Se o tal conhecimento convencional/hegemónico tem, intrinsecamente, um desvio ou preconceito de género (por mais invisível que ele possa ser), a questão que as epistemologias feministas estão, no fundo, a levantar é a questão fulcral sobre a neutralidade e a objetividade da ciência. Nesse sentido, o debate das epistemologias feministas é, também, um debate sobre ciência e valores.

As diferentes teorias dentro das epistemologias científicas – como a chamada “Standpoint Theory” que tem com Sandra Harding a sua perscrutadora (a autora caracteriza pormenorizadamente a sua proposta teórica no livro *Whose Science? Whose Knowledge?: Thinking from Women’s Lives* de 1991), ou o chamado “Empiricismo Contextual” de Helen Longino – embora com diferenças epistemológicas na forma como tratar a natureza do conhecimento⁴, são concordantes na proposta da não-neutralidade da ciência hegemónica. A proposta de leitura sobre a relação entre ciência e valores é a de que os valores são intrinsecamente parte das teorias e pressupostos usados para analisar factos. Não reconhecer esses valores intrínsecos ou constitutivos das teorias não faz com que eles deixem de existir, apenas os invisibiliza e normaliza os pressupostos teóricos tendencialmente androcêntricos.

Assim, importa reconhecer que os valores normalmente determinados como “contextuais”, são também constitutivos, e que os valores constitutivos são, também eles, contextuais.

³ Tradução minha.

⁴ É importante reconhecer que há diferenças na construção da pluralidade que permite obter uma objetividade aceite no domínio da ciência: enquanto o Empiricismo Contextual se foca na diversidade e pluralidade de valores que necessitam de estar presentes no debate científico para que se possam revelar as possíveis imparcialidades à priori, a Standpoint Theory foca-se na diversidade dos sujeitos (e do seu posicionamento social) necessários para garantir uma objetividade mais forte e socialmente mais representativa. Estas diferenças – e os debates que existem entre estas duas propostas epistémicas, nomeadamente sobre como aplacar o relativismo e a imparcialidade na produção científica – podem desenhar formas de investigação diferenciadas. (Conti Lorenzo, 2020) Para o propósito deste ensaio, no entanto, foco-me nas semelhanças entre as duas propostas epistemológicas e não nas suas divergências.

Já toda a gente reconheceu a importância dos valores e interesses constitutivos em promover o crescimento de conhecimento, para alguns um conjunto de valores e interesses é necessário para o progresso científico. São apenas os contextuais que se pensam problemáticos. De acordo com as filosofias da ciência convencionais, os métodos científicos são supostos eliminar este tipo de elementos normativos contextuais dos resultados da investigação, deixando apenas “informação” que é neutra (“positiva”) aos compromissos sociais, psicológicos, políticos e económicos que tornam as sociedades culturalmente distintas. No entanto, as feministas juntaram-se a outras críticas às antigas filosofias da ciência, apontando que valores contextuais, como o androcentrismo, funcionam enquanto valores constitutivos (como referiu Helen Longino em 1990)) em todas as ciências sociais e na biologia, construindo projetos científicos que expressam e servem exclusivamente os projetos das instituições dominantes, dos quais as mulheres têm vindo a ser sistematicamente excluídas. (Harding, 1995, p.8)⁵

Nesta perspetiva, as observações de determinados fenómenos estão imbuídas de teorias, assim como as próprias teorias estão imbuídas de valor, interesses e especificidades culturais. Algumas questões que retratam esta premissa são, por exemplo, os determinantes da dupla jornada de trabalho (ela acontece porque as mulheres são “naturalmente” cuidadoras ou devido a relações sociais de opressão?) ou a menor presença de mulheres em alguns sectores profissionais (há menos mulheres nas engenharias ou nas matemáticas porque elas são menos capazes, biologicamente, para a abstração ou devido àqueles que são os papéis e as expectativas de género?). As respostas a estas perguntas dependerão de teorias específicas que são modeladas por – e, por sua vez, modelam - assunções e práticas culturais.

O conjunto de crenças de cada indivíduo (e os agentes científicos não são diferentes) é, simultaneamente, construído a partir de ideias do senso comum e científicas que formam uma rede interligada “de tal forma que nenhum dos constituintes dessas redes, sejam eles lógicos, empíricos ou normativos estão, em princípio imunes à revisão. Já observações (razoável ou irrazoavelmente) foram “revistas” ou ignoradas por causa de compromissos teóricos, tanto quanto teorias foram revistas ou abandonadas por causa de observações.” (Harding, 1995, p. 12)⁶. A ciência deve, então, ser vista como uma atividade iminentemente determinada pelo seu contexto, porque é iminentemente humana. “A ciência, dado precisa de ser feita por pessoas, é uma atividade socialmente

⁵ Tradução minha.

⁶ Tradução minha.

incrustada. Progride através do palpite, da visão ou da intuição. Muita da sua transformação através do tempo não demonstra uma aproximação maior à verdade absoluta, mas a alteração dos contextos culturais que a influenciam tão fortemente.” (Gould, 1981, pp. 21-2)⁷

Estas visões, no entanto, levantam a questão da possibilidade da objetividade: o que é, como se determina e como pode ser melhorada. Se, por um lado, se torna claro que a dita neutralidade da ciência esconde premissas e que os valores ditos constitutivos são também contextuais, a verdade é que a dedução lógica poderia ser a de relativizar qualquer descoberta ou discurso científico. E embora algumas epistemologias feministas tenham feito precisamente isso – a negação da possibilidade da verdade científica e a relativização de qualquer premissa (como é o caso de muitas das epistemologias feministas pós-modernas) – a discussão sobre os princípios da objetividade científica é também um contributo importante.

As epistemologias feministas que estamos a tratar tornaram claro que o ideal da neutralidade dificultou a criação de padrões de maximização da objetividade por negar que, esse mesmo ideal, na verdade, esconde posições de poder que, assim, se tornam “naturais” e invisíveis. Ao excluir a possibilidade de integração de outras perspetivas sobre o mundo (ou, no caso da “Standpoint Theory”, diferentes posicionamentos sociais) a partir dos quais relações de poder são mais visíveis e passíveis de serem incluídas nas teorias sobre o conhecimento, o ideal de neutralidade contribui, assim, para tornar a ciência menos objetiva. A proposta das epistemologias feministas é, então, a de que “os standards para maximizar a objetividade podem e devem ser fortalecidos, para que sejam mais úteis a alcançar uma maior precisão e abrangência dos testemunhos científicos que não são observadores do poder” (Harding, 1995, p. 11).⁸ À objetividade que não assume a inserção social, política e histórica, Harding chama “weak objectivity” – a objetividade fraca. A filósofa foca-se na crítica aos procedimentos e métodos científicos que são supostos garantir objetividade. As críticas feministas vão para além da crítica a resultados distorcidos devido à falta de rigor em seguir métodos e normas já existentes que possam maximizar a objetividade, mas, especificamente, constroem-se

⁷ Tradução minha.

⁸ Tradução minha.

em torno da ideia de que esses métodos e normas estão imbuídos de limitações nas formas como foram conceptualizados à priori, por não admitirem que os processos de conhecimento são mais objetivos quando trazem para o debate agentes em posicionamentos sociais distintos (e que serão, tendencialmente, mais capazes de detetar vieses de género, raciais ou de classe).

Como referidos anteriormente, o seu [das propostas críticas feministas, como exemplo] foco particular é no facto de que quando, em primeiro lugar, paradigmas, enquadramentos conceptuais e epistemas constituem problemas científicos, os standards predominantes de boas práticas para maximizar a objetividade são demasiado fracos para identificar os tipos de assunções culturalmente abrangentes que formaram a escolha inicial desses procedimentos enquanto bons o suficiente. (Harding, 1995, p. 15)⁹

Por contraponto, Harding desenvolve, então, o conceito de “strong objectivity” – objetividade forte. Esta seria caracterizada pela capacidade do ou da cientista ter em consideração a sua reflexividade, ou posicionamento, e como é que este posicionamento pode (ou não) afetar a sua investigação. Esta reflexão pode, então, criar uma objetividade “forte”, porque é reflexa, em vez de uma “fraca” que pretende ser neutra, quando apenas invisibiliza essa mesma reflexividade ou posicionamento. No entanto, ela é também clara em declarar que estas questões não são apenas sobre as “boas práticas” do ou da cientista individualmente. Elas têm que fazer questionar a comunidade científica e as estruturas de poder sobre as suas premissas fundamentais das quais a ciência e o conhecimento fazem parte.

Assunções de que a biologia, razão moral, inteligência, contribuições para a evolução humana, bem-estar económico ou mudança histórica das mulheres são inferiores às dos homens não são crenças mantidas idiossincraticamente por “sujeitos” individuais; elas são crenças difundidas por culturas inteiras e institucionalizadas em práticas e discursos globais e locais. Estas assunções constituíram campos inteiros de estudo, selecionando os seus problemas de preocupação, conceitos favorecidos, hipótese e desenhos de investigação; estes campos de estudo, por sua vez, estenderam o seu apoio a outras assunções sobre a supremacia masculino noutros campos. A questão não é a de que homens (ou mulheres) individuais por acaso tenham falsas crenças, mas a de que as estruturas conceptuais das disciplinas, as suas instituições e as políticas sociais diretamente relacionadas são menos do que assunções com uma objetividade máxima. (Harding, 1995, p.19)¹⁰

Embora nos tenhamos focado nas semelhanças entre diferentes propostas epistemológicas diferentes – “Standpoint Theory” e “Empirismo Contextual” - é importante notar as suas diferenças fundamentais. Enquanto a “Standpoint Theory”

⁹ Tradução minha.

¹⁰ Tradução minha.

questiona a base do conhecimento científico em si, o “Empirismo Contextual” é “positivista”, no sentido em que é menos relativista e que assume que, tendencialmente, as normas base da investigação científica não estão incorretamente definidas, mas incorretamente aplicadas. Por exemplo, para a ciência económica, a questão da metodologia tem sido, mais do que a epistemologia, a questão central para as economistas feministas. Como reflete Wade Hands, “por outras palavras, a vida numa profissão dominada por homens é suficientemente difícil sem questionar abertamente a base epistemológica que a maioria dos economistas tomam por garantidas, incluindo aqueles que decidem sobre contratações e posições na universidade.” (Hands, 2001, p. 269)¹¹

Contribuições das epistemologias feministas para a ciência económica

Em primeiro lugar, a investigação económica não consegue alcançar a neutralidade de valores e interesses porque tem que ser saturada não apenas com interesses e valores constitutivos, como também contextuais. Em segundo lugar, os valores e interesses contextuais, aqueles que se “intrometem” vindos das comunidades sociais onde a investigação económica ocorre, funcionam frequentemente enquanto constitutivos. E em terceiro lugar, valores e interesses constitutivos, eles próprios supostamente apenas internos à investigação económica e, por isso, neutros aos valores e interesses externos e contestados, não são, na verdade, neutros desta forma porque “tomam partido” com posições “externas” de valores e interesses. (Harding, 1995, p. 9)¹²

O discurso económico hegemónico constrói-se em torno de concepções do indivíduo que concorre no mercado em busca do seu bem-estar individual, onde a maximização da utilidade de cada um é desimbuída do seu contexto histórico, social e político. A ideia da procura do equilíbrio e da otimização individual é, assim, construída a partir de uma compreensão de “escolha” que negligencia a construção social das preferências e as diferenças sistémicas na própria perceção das escolhas. Neste sentido, os contextos institucionais altamente complexos em que a atividade económica ocorre são mal-interpretados e depreendem um viés de género. O resultado destas premissas é a de que a suposta neutralidade da ciência económica esconde dinâmicas de poder que as epistemologias feministas pretendem tentar decifrar, nomeadamente as da esfera do

¹¹ Tradução minha.

¹² Tradução minha.

trabalho reprodutivo, tendencialmente remetida para improdutivo e naturalizado devido a características biológicas.

Será, talvez, justo dizer que as abordagens feministas à ciência económica escolheram como alvo de debate a ideia da *New Home Economics* de Gary Becker (1981). Becker parte do pressuposto de que uma série de ideias estanques sobre a vida familiar – como a divisão sexual do trabalho ou os fatores que influenciam a reprodução – funcionam como um modelo de maximização da utilidade no agregado familiar. Segundo Hands (2001), Becker “deriva a divisão sexual do trabalho (uma pessoa dedica-se exclusivamente a atividades de mercado enquanto a outra pessoa dedica-se exclusivamente à produção doméstica) de uma especialização completa, resultante da teoria do comércio internacional, onde a utilidade do agregado (e não o bem-estar geral) é maximizada.” (Hands, 2001, p. 271)¹³

No entanto, rapidamente essa especialização passa a ser determinada pela ideia de que um dos componentes do agregado familiar – a mulher – detém mais capital humano para a produção do e no agregado do que o outro e é, portanto, mais naturalmente adequado para essa mesma especialização. Resumidamente, as mulheres preformam trabalho reprodutivo (doméstico) porque têm uma apetência biológica superior para esse mesmo trabalho, e não devido a práticas culturais, históricas e económicas que mantiveram a mulher nessa mesma esfera.

Para além disso, os modelos económicos hegemónicos centram-se na preponderância da escolha individual que, como vimos acima, é tida como “livre”, ou seja, livre de constrangimentos socioeconómicos e, logo, “perfeita”. Nesse sentido, o princípio epistemológico, supostamente neutro, não capta a vida real de pessoas reais em situações reais, mas apenas determina axiomas comportamentais.¹⁴ O facto de o trabalho reprodutivo que, por razões históricas e económicas, é ainda maioritariamente feito por mulheres, passa a ser uma questão de escolha que visa potenciar a sua utilidade máxima, com características de determinação biológica ou, simplesmente, desaparece da análise dos sistemas económicos. “A omissão do papel produtivo do trabalho

¹³ Tradução minha.

¹⁴ O debate sobre objetividade e valores na ciência económica não é novo nem original das epistemologias feministas (embora, como sugere o meu argumento, participem dele de forma determinante). Ver, por exemplo, Castro Caldas e Neves (2012).

doméstico expressa-se, não só nas análises microeconómicas (que estudam os comportamentos económicos dos indivíduos, famílias e empresas) mas, também, nas abordagens macroeconómicas, ou seja, aquelas que estudam o comportamento dos agregados económicos de um país, como o produto nacional, o emprego/desemprego, a inflação, etc. Este domínio da análise, surgido no segundo quartel do século XX, a partir da obra de John Maynard Keynes, usa conceitos, classificações e categorias analíticas subsidiários daquele viés androcêntrico. Assim é, desde logo, no que respeita aos indicadores da produção agregada de um país, Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB), que contabilizam apenas bens e serviços com preço monetário.” (Coelho, 2011, p.11) Remeter o trabalho reprodutivo, nomeadamente o doméstico, para a esfera do improdutivo (por não ser sequer calculado na produção nacional), acabou por arredar do estudo da economia toda essa parte, esmagadoramente feita por mulheres, da atividade humana. Nancy Folbre (1991) é uma das economistas feministas que traçou a história de conceitos económicos como “trabalho” e “produto nacional”, demonstrando de que forma o trabalho doméstico não é contabilizado como parte daquilo a que, socialmente, chamamos “trabalho”, e de que forma os frutos desse mesmo trabalho são excluídos do “produto nacional” das sociedades. Nesse sentido, é justo concluir que a forma “familiar” da ciência económica hegemónica terá pouco a oferecer para a compreensão das dinâmicas reais que informam e precedem comportamentos económicos. “A abordagem padrão às economias da família é obcecada por formalismo, no entanto não fornece nenhuma compreensão real das forças sociais (incluindo as forças económicas) que estão subjacentes à instituição da família; a economia feminista pode proporcionar um entendimento dessas mesmas forças.” (Hands, 2001, p. 271)¹⁵

Mas não é apenas no estudo do trabalho reprodutivo ou da família que os vieses androcêntricos se demonstram na ciência económica. As escolhas profissionais – que determinam níveis salariais diferenciados - ou a necessidade de sistemas de provisão públicos no combate à desigualdade são igualmente temas em que as contribuições feministas têm sido importantes. Partha Dasgupta refere também como a posição social (ou até a redução no número bruto de mulheres no continente indiano e na África

¹⁵ Tradução minha.

Subsaariana) está relacionada com diversos fatores (desde a localização, acesso à agricultura, dependência econômica, grau de pobreza) que não podem ser vistos apenas como escolhas individuais dentro do agregado familiar, por muito que essas escolhas sejam “trágicas”. (Dasgupta, 2009, pp. 603-606)

Estas questões trazem-nos de volta à questão epistemológica. E, embora fora do campo da ciência econômica ou das ciências sociais, há trabalhos na área da biologia, neurociência e psicologia que nos impelem a determinar como fundamental o contributo da epistemologia feminista. Michel Foucault, nos seus *The History of Sexuality* (1978) e *The Birth of the Clinic* (1973) mostra-nos como a construção da ciência médica e das sexualidades ditas “normais” partiu de pressupostos científicos com um viés, não só de género, mas também de orientação sexual, em que, por exemplo, o corpo do homem era visto como o modelo e o corpo da mulher como o desvio (e, portanto, como um erro) a esse mesmo modelo. Nesse sentido, Foucault demonstra como a ciência médica (e os seus tratamentos) se basearam em premissas do conhecimento altamente dependentes do momento cultural e histórico em que foram determinadas.

Mais recentemente, a psicóloga Cordelia Fine, nos seus *Delusions of Gender: The Real Science Behind Sex Differences* (2010) e *Testosterone Rex: Myths of Sex, Science and Society* (2017) demonstra, através de estudos nas áreas da biologia e da neurociência, que os estudos que, cientificamente, determinavam diferenças comportamentais entre homens e mulheres derivadas de diferenças na composição hormonal e biológica, estavam, à partida, cientificamente mal desenhados. Ou seja, tinham, também, sob a égide da neutralidade, um preconceito de género inerente, que levou os cientistas a construir experiências (até laboratoriais) que apenas reafirmaram esses mesmos preconceitos, mas que, com o desenvolvimento científico nessas mesmas áreas, se comprovaram erradas.¹⁶ Estes dois exemplos são demonstrativos de como os valores constitutivos na ciência são também contextuais. E, claramente, a ciência econômica não é imune a esses mesmo enviesamentos e, por isso, tem toda a vantagem em incluir os

¹⁶ A título de exemplo, Fine (2017) demonstra como as experiências de Angus Bateman com moscas da fruta sobre a reprodução da espécie, que concluía a determinar que as fêmeas têm menos parceiros sexuais do que os machos porque produzem menos óvulos, – e que depois foram elevadas a nível de lei sobre a reprodução das espécies, explicando, assim, porque é que os homens têm, naturalmente, a tendência para ter uma maior número de parceiras sexuais – estavam erradas, desde a sua conceção laboratorial, dado que partiram de premissas erradas que pretendiam justificar comportamentos já visíveis e que são, como Fine determina, iminentemente sociais.

contributos das epistemologias científicas para se tornar “melhor ciência”.

Na verdade, como diria Julie Nelson, a negação destes mesmo contributos – que podem ter pressupostos diferentes, quer seja sobre os agentes que produzem conhecimento e como devem ser incorporados no processo científico, quer seja a partir do questionamento do método, torna as potenciais análises mais falaciosas e mais afastadas da verdade: “Ao invés de utilizarem modelos mais ricos, os economistas tenderam a focar-se no casamento e nas famílias apenas na medida em que podem ser capturados por um modelo de teoria da escolha. Aos axiomas da maximização e os métodos de derivação matemática é permitido dirigir o desenvolvimento da análise. Tais procedimentos abrem, e não fecham, a porta a pensamento lamacento, erros de especificação e a procedimentos analíticos pobres.” (Nelson, 1996, p. 74)¹⁷

Diana Strassman (1993, pp. 54-5) também examina as formas como as prescrições supostamente “naturais” dos economistas no que toca aos métodos analíticos limita os tipos de explicações que a disciplina pode fornecer, de tal forma que se torna extremamente difícil para as feministas e outros grupos envolvidos em projetos de justiça social serem ouvidos dentro das suas classes profissionais e tidos em conta cientificamente. Ou como também confirma Janet Seiz (1993, p. 190) “Os e as historiadoras do pensamento que tentam demonstrar que o enviesamento de género tem tido sérias consequências para a economia podem esperar ser recebidos por uma dupla resistência: por um lado, resistência à caracterização feminista das relações de género e dos apelos à mudança e, por outro lado, resistência a qualquer argumento sobre o papel dos valores externos na investigação económica.”¹⁸

Conclusão

Este ensaio teve como motivação, em primeiro lugar, refletir sobre os contributos da epistemologia feminista para o debate sobre a forma e a natureza do conhecimento. Embora não seja um debate restrito a esta área em particular, mas um debate

¹⁷ Tradução minha.

¹⁸ Tradução minha.

epistemológico que percorre diferentes áreas científicas e atende a pressupostos diferenciados (de género, raciais, de classe, etc.), o contributo feminista tem sido fulcral para o seu desenvolvimento. É importante também referir, como faz Harding (1991), que a abertura a, e o reconhecimento de sistemas de opressão e poder e como eles influem diversas esferas sociais – incluindo o conhecimento –, será tanto maior quanto a capacidade de mobilização desses mesmos sujeitos oprimidos. Ou seja, as epistemologias feministas que partem do princípio de que o posicionamento daquelas (e daqueles) que fazem ciência é determinante para a ciência que produzem, sabem que é necessário o reconhecimento efetivo do viés de género (ou de classe ou racial) na ciência e nas instituições científicas hegemónicas para que outros valores e mundividências possam determinar outras práticas científicas.

O contributo das epistemologias feministas que visa repensar de que forma os valores esculpem a própria ciência e de como eles são concomitantemente constitutivos e contextuais, juntamente com uma dimensão da objetividade que se tornará mais “forte” quanto maior for a percepção da existência desses valores é, nesse sentido, um contributo forte para pensar os conteúdos e as formas do conhecimento. No entanto, parece-me importante reforçar a ideia de que não podemos determinar as crenças (que são, como vimos, uma interligação entre senso-comum e factos científicos) exclusivamente com base no posicionamento social de cada indivíduo. Aliás, pessoas com posicionamentos sociais semelhantes detêm, muitas vezes, compreensões completamente distintas sobre o mesmo fenómeno social. E se não existisse nenhuma possibilidade de superar as experiências e os interesses meramente pessoais ou individuais, a busca de conhecimento estaria confinada apenas ao mundo que já conhecemos. Nesse sentido, parece-me fazer sentido dizer que, para a prática científica, é necessário confrontar as nossas experiências com outras e ter em conta os argumentos utilizados, sem perder a possibilidade de generalização daquilo que é a descoberta científica. Mais, importa também ressaltar que a ciência é um sistema de produção, definido por quem são os/as investigadores, os meios de produção disponíveis e as organizações e instituições (e as suas lógicas) que o delimitam. (Sedas Nunes, 1970)

Para além disso, a intenção deste ensaio foi também a de situar estes contributos no debate da ciência económica. Como vimos, a economia não é imune aos debates epistemológicos tidos noutras áreas científicas e constrói-se nos mesmos moldes do

resto da ciência hegemónica. As contribuições que pretendem desmontar a suposta neutralidade da análise económica, os seus preceitos de maximização da utilidade, concorrência perfeita ou bem-estar individual e compreender a atividade económica no seu contexto social, político, histórico e cultural serão, nesse sentido, contributos que podem avançar a ciência económica no sentido de a tornar mais fiel à realidade estudada e, portanto, melhor ciência.

Referências Bibliográficas

Becker, Gary (1981), *A Treatise on the Family*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Blaug, Mark (1992), *The methodology of economics or how economists explain*. New York: Cambridge University Press.

Castro Caldas, José Maria; Neves, Vitor (2012), “The meaning of objectivity: What can we learn from Robbins and Myrdal?” (pp. 47-63), in José Maria Castro Caldas & Vitor Neves (Eds), *Facts, Values and Objectivity in Economics*. London: Routledge.

Coelho, Lina (2011), “A invisibilidade das mulheres no discurso económico. Reflexão crítica sobre os conceitos de trabalho, família, bem-estar e poder”. *e-cadernos CES*, 14. Consultado a 28.11.2021 em <https://journals.openedition.org/eces/3205>

Conti Lorenzo, Marta (2020), “Is Helen Longino’s Contextual Empiricism a Feminist Philosophy of Science?”, *teorema*, Vol. XXXIX/3, pp. 79-93.

Dasgupta, Partha (2009), “Facts and Values in Modern Economics”. In Harold Kincaid & Don Ross (Eds), *The Oxford Handbook of Philosophy of Economics*. New York: Oxford University Press, pp. 580-640.

Fine, Cornelia (2017), *Testosterone Rex: Myths of Sex, Science and Society*. London: Icon Books.

Fine, Cornelia (2010), *Delusions of Gender: The Real Science Behind Sex Differences*. London: Icon Books.

Folbre, Nancy (1991), “The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth Century Economic Thought”. *Signs*, 16(3), pp. 463-84.

Foucault, Michel (1973), *The Birth of the Clinic*. New York: Routledge.

Foucault, Michel (1978), *The History of Sexuality*. New York: Pantheon Books.

Gould, Stephen Jay (1981), *The Mismeasure of Man*. New York: W. W. Norton.

Grasswick, Heidi (2018), "Feminist Social Epistemology", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Consultado a 28.11.2021 em <https://plato.stanford.edu/entries/feminist-social-epistemology/>

Wade Hands, Douglas (2001), *Reflection without rules: economic methodology and contemporary science theory*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Harding, Sandra (1995), "Can feminist thought make economics more objective?", *Feminist Economics*, 1:1, pp. 7-32.

Harding, Sandra (1991), *Whose Science? Whose Knowledge?: Thinking from Women's Lives*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

Harding, Sandra (1986), *The Science Question in Feminism*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Longino, Helen (1988), "Review Essay: Science, Objectivity, and Feminist Values", *Feminist Studies* 14, pp. 561-74.

Nelson, Julie (1996), *Feminism, Objectivity and Economics*. London: Routledge.

Sedas Nunes, Adérito (1970), "Questões preliminares sobre as Ciências Sociais", *Análise Social*, vol. 8, no. 30/31, pp. 201-298.

Seiz, Janet (1993), "Feminism and the History of Economic Thought", *History of Political Economy* 25(1), pp. 185-201.

Strassmann, Diana (1993), "Not a Free Market: The Rhetoric of Disciplinary Authority in Economics" (pp. 54-68), in Marianne A. Ferber and Julie Nelson (Eds), *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press.